

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS EM UM MUNICÍPIO MINEIRO

Thaís Aparecida de Carvalho Milagres da Paz ¹
Gláucia Signorelli de Queiroz Gonçalves ²

RESUMO

O presente estudo, em andamento, tem como objetivo analisar de que forma tem ocorrido o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas de Educação Infantil (EI) de um município mineiro, tendo os Coordenadores Pedagógicos (CP) como mediadores desse processo. A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCCEI) é um documento relativamente novo no âmbito escolar, homologado em 2017, o que nos permite possibilidades de contribuir, a partir da presente pesquisa, com a sua implementação. Trata-se de um documento normatizador que explana e garante na forma da lei a base mínima a que as crianças de todo território brasileiro devem ter acesso. A opção metodológica é pela pesquisa de abordagem qualitativa, com enfoque na pesquisa-formação, envolvendo os coordenadores pedagógicos, sujeitos da pesquisa, e, indiretamente, os professores com os quais estes atuam nas escolas. A pesquisa-formação tem o propósito da troca de saberes, reflexão sobre a prática profissional e a oferta pelo lugar de fala diante da pesquisa, buscando a aproximação entre teoria e prática. Os dados coletados a partir dos encontros formativos serão encaminhados aos participantes ao final da pesquisa e têm o intuito de apresentar o panorama da realidade de implementação da BNCCEI no município mineiro e debater acerca das orientações de que trata o documento normatizador. Os encontros entre pesquisadoras e CP se deu no 1º semestre de 2024, em formato híbrido, presenciais e remotos, visando atender a disponibilidade dos participantes e segue em processo de análise de dados e resultados. Espera-se contribuir para o aperfeiçoamento das propostas de implementação da BNCCEI pelos coordenadores pedagógicos através da pesquisa-formação.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, BNCC, Educação Infantil, Pesquisa-formação.

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras - MG, thais.paz@estudante.ufla.br ;

² Professora da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, campus da Universidade Federal de Uberlândia – MG, glauciasignorelli@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no campo da educação, especificamente da Educação Infantil, e tem o propósito de analisar de que forma tem ocorrido o processo de implementação da BNCCEI pelos Coordenadores Pedagógicos de um município mineiro que atuam nesta etapa de ensino.

No percurso histórico da educação brasileira, sobretudo da Educação Infantil, documentos como a Constituição Federal – CF (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), traçam o caminho legal que antecede a elaboração da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (Brasil, 2017), tratado por este documento como marcos legais que embasam a BNCCEI.

A fundamentação legal para a criação da Base Nacional Comum Curricular começou a se delinear com a elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, conforme estabelecido na Constituição de 1988, que previa "conteúdos mínimos" para a educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação já incorporavam a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, visando a construção de um currículo único que uniformizasse as escolas do Brasil.

Em 2014, as propostas para a educação brasileira foram apresentadas no Plano Nacional de Educação e estas serviram como referência para a construção da Base Nacional Comum Curricular que teve a sua primeira versão no ano de 2015. Posteriormente, passou por consulta pública e manifestação da sociedade, por meio das associações educacionais, instituições científicas, pesquisadores e professores. Em 2016 foram realizadas audiências públicas sob a forma de seminários regionais para debater a segunda versão do documento. Em 2017 teve início a elaboração da terceira versão da BNCC homologada no final deste mesmo ano (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Após a homologação da BNCC, em 2018, as secretarias estaduais e municipais de educação, bem como as instituições de ensino, iniciaram o desafio de sua implementação na prática pedagógica. Tal fato, trouxe e ainda tem trazido mudanças no desenvolvimento do currículo escolar e na reformulação dos Projetos Políticos

Pedagógicos das escolas que, alinhados à BNCC, provocaram adaptações e ajustes no que diz respeito ao material didático, aos recursos metodológicos, mas, principalmente, ao trabalho dos professores e coordenadores pedagógicos que são os principais atores na linha de frente da implementação da Base.

Nessa direção, a aprovação da BNCC está em consonância com a política governamental instituída naquele momento cujo interesse foi o atendimento a grupos privados, que se impuseram na aprovação de um documento oficial, nacional, que segundo Veloso (2021), foge ao que está disposto na Constituição Federal e no Plano Nacional de Educação (2014 -2024) no que diz respeito a concretização dos direitos e objetivos de aprendizagem das crianças e jovens, pois a Base homologada foi atrelada à política de avaliação externa que, ao padronizar a educação, não deixa espaço para diversidade e acolhimento das diferenças que se realçam nas dimensões territoriais brasileiras.

Cury, Reis e Zanardi (2018) reiteram como as lutas impostas por um modelo curricular pode abafar as vozes dos professores e como consequência o direito das crianças em aprender livremente, respeitando-se sua regionalidade, suas necessidades e particularidades infantis.

Filipe, Silva e Costa (2021), ao realizarem uma análise documental da BNCC, apresentam outro agravante quando afirmam que tal proposta educativa, baseada em um currículo que se fundamenta em competências gerais, destaca o caráter homogeneizante que se pretende à educação, erradicando a concepção de uma formação humana autônoma e crítica, fundamental para preparar as crianças e jovens para enfrentarem os desafios e transformações da sociedade contemporânea.

A própria conceituação que o documento apresenta expressa essa padronização: “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação” (Brasil, 2018, p.9).

A implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas, além das mudanças curriculares na prática pedagógica, que coadunam com estratégias político-econômicas de cunho neoliberal, altera, não apenas o projeto educativo das escolas, mas à forma com que seus agentes, entre eles o coordenador pedagógico, sujeito desta pesquisa, desenvolve seu trabalho. Assim, sob a alegação de normatização da educação, a Base provoca esses profissionais a desenvolverem uma nova proposta e novas formas de condução do currículo nas escolas.

Santos e Macêdo (2021) consideram que as questões relacionadas ao currículo na educação das crianças pequenas vão muito além da mera seleção e valorização de certos conhecimentos. Não se trata de ensinar conteúdos às crianças dessa etapa de escolarização, mas de educá-las de forma integral e partilhada com a família. Na educação infantil, segundo as autoras, mais vale o desenvolvimento da sociabilidade infantil e a valorização das múltiplas linguagens da criança do que o ensino de conteúdos propriamente ditos.

Conforme Soares (2021), é cada vez maior a necessidade de cuidar do produto da educação em detrimento do processo educacional, pois as condutas apresentadas pelos novos documentos que regem a educação têm afetado tanto as escolhas pedagógicas quanto as políticas educacionais, distanciando-as das práticas curriculares.

A proposta de um currículo flexível e contextualizado como propõe a Base, no qual os docentes devem equilibrar as diretrizes gerais do documento com as necessidades e contextos específicos de suas turmas, pode ser, a princípio, algo complexo aos professores, especialmente para implementá-la, pois precisam fazer o movimento de fora para dentro, um documento elaborado fora das escolas sendo normatizador das práticas pedagógicas no interior das escolas, sendo assim um movimento desafiador.

A BNCCEI traz uma estrutura que difere das estruturas que sustentaram as práticas pedagógicas até então. O documento normatizador organiza-se por Campos de Experiência, consideradas áreas temáticas que guiam o planejamento pedagógico da Educação Infantil. Estes campos enfatizam noções, habilidade, atitudes, valores e afetos que as crianças devem desenvolver dos 0 aos 5 anos. Por sua vez, são baseados em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se) e dois eixos: as interações e as brincadeiras. São seguidos pelos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três etapas etárias: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), ambas pertencentes à creche e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), na etapa da pré-escola (Brasil, 2017).

Como podemos notar, não se trata de uma estrutura simples, pelo contrário, é nova, complexa e desconhecida pelos docentes. Neste sentido, são muitos os debates que têm sido realizados em torno da implementação da BNCC e, além de ser uma proposta nova, uma das principais mudanças que o documento normatizador traz é a atuação da escola dentro dos parâmetros da justiça social, da igualdade de oferta da

Educação Infantil e de oportunidades para as crianças quanto ao direito de aprender na escola.

Segundo Barbosa (2018, p. 10), o propósito de “ênfatar o discurso do direito à educação, à cidadania, à igualdade e à diversidade é algo fundamental, pois ainda não somos uma sociedade onde a noção dos direitos está democratizada e a garantia do direito efetivada”.

Concordamos com a autora que somos uma sociedade que ainda está aprendendo sobre democracia, no entanto, se não houver cuidado e criticidade, a tentativa de garantir uma educação igualitária como quer a BNCC, pode minar o espaço de desenvolvimento das necessidades específicas de cada comunidade e seus contextos, o que pode acabar perpetuando as desigualdades ao invés de combatê-las (Filipe, Silva e Costa, 2021).

Assim, entendemos que a implementação da BNCC é um desafio para os professores da educação básica, com problemas que vão desde a falta de formação continuada para compreendê-la e aplicá-la, a sobrecarga de trabalho, a resistência à mudança que significa ter que abandonar práticas já institucionalizadas, o que pode causar, além das dificuldades, desmotivação e estresse aos professores.

A preocupação com a implementação da BNCC especificamente na Educação Infantil, está diretamente relacionada ao trabalho que realizo como docente desta etapa de ensino em um município mineiro e a dificuldade sentida em colocar em prática os preceitos trazidos pelo documento oficial, já que a rede em que atuo deliberou pelo início de sua implementação somente no ano de 2021, sem planejamento e formação efetivos para isso.

Logo no início daquele ano, a SME iniciou o trabalho com as coordenadoras pedagógicas para que a BNCCEI fosse implantada na rede municipal de ensino. Estas faziam o contato com os professores. Foi elaborado um material para os alunos, sem a presença dos professores regentes de turma, respeitando a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais- CRMG para a EI. Também foram ofertados alguns cursos para os profissionais da educação, cursos esses que debatiam sobre a Base de forma superficial e tecnicista.

Enquanto professora me sentia insegura em executar minhas práticas pedagógicas e estas não estarem em consonância com a Base. Ao contatar a coordenação na busca por respostas às minhas dúvidas, ouvia que a Secretária Municipal e sua equipe seriam contatadas e os questionamentos seriam repassados. Situação vivenciada e compartilhada

também pelas demais professoras e coordenadoras da rede. Foi um momento profissional em que tanto professoras quanto coordenadoras não se sentiam aptas para trabalhar com a Base, por estranheza e insegurança diante da nova normatização educacional, acarretadas pelo distanciamento entre as propostas pedagógicas elaboradas e a ausência dos profissionais que atuam em âmbito escolar, nesse processo.

Diante do exposto, o interesse em conhecer mais aprofundadamente, como tem ocorrido a implementação da BNCC na rotina escolar da Educação Infantil sob a ótica das coordenadoras pedagógicas³, por serem agentes mediadoras do processo educativo nas escolas, na linha de frente, junto aos professores, na implementação da Base e seus desdobramentos.

Os estudos acerca do trabalho desempenhado pelos coordenadores pedagógicos revelam o papel fundamental que este profissional desempenha nas escolas e segundo Sartori e Pagliarin, (2016, p. 186):

Ao coordenador pedagógico cabe o papel de mobilizar o corpo docente a revisitar crítica e reflexivamente sua ação pedagógica, tendo em vista sua condição de membro orgânico, vinculado diretamente com a coordenação, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do processo didático e pedagógico na escola.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do coordenador pedagógico e sua liderança no ambiente escolar. Ele tem a responsabilidade de incentivar os professores a refletirem sobre suas práticas de ensino, promovendo uma análise crítica e contínua. Essa postura é essencial, pois o coordenador pedagógico está diretamente envolvido com a coordenação, planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades didáticas e pedagógicas. Sua atuação pode resultar em melhorias significativas na qualidade do ensino e no desenvolvimento profissional dos docentes, fortalecendo o processo educacional como um todo.

Considerando tais prerrogativas, surgem alguns questionamentos: Quais os desafios observados na implementação da BNCC? De que forma as coordenadoras pedagógicas têm orientado os professores quanto a implementação da BNCC? Quais são as principais medidas adotadas para tornarem efetivas as orientações regulatórias do documento? O que está sendo feito? Há negações, ausências e resistências? Há aceitação e subordinação?

³ Decidimos pelo tratamento do gênero feminino “coordenadoras pedagógicas”, pois as participantes da pesquisa são todas mulheres.

Assim, tem-se como objetivo geral: analisar de que forma tem ocorrido o processo de implementação da BNCC sob a orientação das Coordenadoras Pedagógicas da Educação Infantil de um município mineiro. Os objetivos específicos são: compreender as relações e transformações da legislação que originou a BNCC para a Educação Infantil; compreender as atribuições do Coordenador Pedagógico em âmbito escolar no que diz respeito a implementação da BNCC; identificar e analisar possíveis desafios no processo de implementação da BNCC nas escolas de Educação Infantil;

A BNCC da Educação Infantil é um documento relativamente novo no âmbito escolar homologado em 2017, o que nos permite possibilidades de contribuir, a partir da presente pesquisa, com a sua implementação.

METODOLOGIA

Enquanto metodologia, optamos por desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa delineada na forma de pesquisa-formação. Para Minayo (2010) a pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que trabalha com características subjetivas eminentes ao ser humano social e que não podem ser mensuradas. É uma abordagem de pesquisa cujo foco é compreender aspectos como posicionamentos, ideias, comportamentos, entre outros, que não podem ser quantificáveis por se tratar de análises particulares.

A opção pela pesquisa-formação se deve ao caráter formativo que este tipo de pesquisa produz ao valorizar os saberes de todos os sujeitos envolvidos, ou seja, pesquisadores e participantes, que, segundo Longarezi e Silva (2013, p. 222), articulam, de forma coletiva, conhecimentos práticos e científicos “e fomentam a construção de novos conhecimentos, novas formas de pensar, analisar, refletir situações e agir.” Além disso, segundo os autores, é um tipo de pesquisa que ultrapassa as formas convencionais de pesquisa e de formação, permitindo aos sujeitos uma relação orgânica que não afasta pesquisadores e pesquisados, pelo contrário, cria condições para que as informações circulem de modo que “todos os participantes tenham equitativas possibilidades de comunicar-se” (Alvarado Prada, 2005, p. 631).

São sujeitos da pesquisa sete coordenadoras pedagógicas que têm trabalhado na implementação da Base Nacional Comum Curricular, sendo cinco destas pertencentes às escolas de Educação Infantil de um município mineiro e duas, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação. Juntas, discutem o planejamento da rede

municipal, especificamente da etapa da Educação Infantil. As discussões acontecem em reuniões semanais na própria Secretaria Municipal de Educação, podendo haver ajustes nos encontros conforme calendário escolar. Já a opção pela Educação Infantil ocorre por se aproximar da prática docente da pesquisadora como professora desta etapa.

Vale ressaltar que para o desenvolvimento da pesquisa-formação, esta foi submetida e autorizada pelo Comitê de Ética, pela chefia imediata dos sujeitos da pesquisa, a Secretária Municipal de Educação do município mineiro em questão.

Após o aceite da Secretária Municipal de Educação, foi realizado um convite às coordenadoras pedagógicas, utilizando-se de um determinado momento durante as reuniões semanais promovidas na Secretaria Municipal de Educação, onde estas se encontram para o planejamento do trabalho que desenvolvem na rede. Nesta reunião, já acordada com os responsáveis da SME, apresentou-se a pesquisa, o tema e sua relevância, as expectativas para a contribuição na atuação das coordenadoras pedagógicas, por meio da consolidação de ações coletivas de cunho político-pedagógico e científico em benefício de um projeto institucional de formação continuada dessas profissionais, compreendidas, nesta pesquisa, como multiplicadoras das novas ações em âmbito escolar.

Todas as coordenadoras pedagógicas que atuam nas escolas de Educação Infantil foram convidados a participarem da pesquisa, sendo livre e individual o aceite para participação. O convite foi aceito pelas coordenadoras que atuam diretamente nas escolas, além das coordenadoras que as auxiliam, sendo estas vinculadas à SME. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados da pesquisa encontra-se em construção e se dará pelo método de análise de prosa (André, 1983).

André (1983) apresenta esta abordagem de análise de dados como uma opção que amplia a maneira de entender o objeto de estudo. Ela sugere que, ao invés de utilizar um sistema previamente definido de categorias, seria mais produtivo gerar tópicos e temas a partir da análise dos dados e de sua contextualização no desenvolvimento do estudo.

Sobre o formato que assume a análise de prosa podemos afirmar que:

É um meio de levantar questões sobre o conteúdo de um determinado material: O que é que este diz? O que significa? Quais suas mensagens? E isso incluiria naturalmente, mensagens intencionais e não-intencionais, explícitas e implícitas, verbais ou não-verbais, alternativas ou contraditórias. O material neste caso pode ser tanto o registro de observações e entrevistas quanto outros materiais coletados durante o trabalho de campo, como documentos, fotos, um quadro, um filme, expressões faciais, mímicas, etc. (André, 1983, p.67).

Compreende-se assim que a análise de prosa trata das diversas formas de apresentação de dados que emanam de forma objetiva durante a pesquisa, além dos dados que aparecem de maneira despreziosa, como olhares, reações a comentários, postura diante dos encontros formativos, demonstração de interesse ou não pela pesquisa, e mais.

Assim, a leitura e releitura dos dados nos mostraram alguns tópicos e temas. A partir destes, foram levantadas as categorias de análise, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1- Análise de prosa: tópicos, temas e categorias.

Tópicos	Temas	Categorias
A relevância da pesquisa na prática das Coordenadoras Pedagógicas da Educação Infantil do município mineiro.	As Coordenadoras Pedagógicas acreditam que os momentos de conversa, de diálogo, durante os encontros formativos vão favorecer e agregar à prática profissional.	Contribuições dos encontros formativos para o aprimoramento profissional: exercício de revisitar, discutir e pensar a prática.
	União, colaboração, novos conhecimentos.	
	Necessidade de estudar, de se abrir para o novo.	
	BNCCEI é uma evolução enquanto documento que norteia a educação infantil, é mais enxuta, mais simples, mas abrange práticas pedagógicas que já	

	eram realizadas no município.	
	A creche, especialmente, ganhou um novo olhar, não é apenas uma instituição que cuida.	
	A importância da Educação Infantil.	
	O desafio de compreender e implementar a BNCC.	
	Necessidade das trocas e do diálogo entre as supervisoras.	
A BNCC e as prerrogativas para adaptação do Currículo para a Educação Infantil.	Sendo a BNCC a base comum, o que vocês têm feito para complementarem esse documento? Vocês estão trabalhando baseadas no currículo do Estado, ou o município fez o seu próprio currículo para complementar a BNCC?	Aspectos da adaptação curricular para efetivar a implementação da BNCCEI na rede municipal de ensino.
	Mas na educação infantil, vocês elaboraram o documento do currículo de vocês? Como se deu esse processo de elaboração do currículo? Qual a forma de implementação?	
Os objetos de conhecimento relacionados ao objetivo de	Estratégia de implementação da BNCCEI.	Aspectos da adaptação curricular para efetivar a implementação da

<p>aprendizagem que está lá na BNCC, não fazem parte do documento. Nós é que podemos acrescentar ao objetivo, objetos de conhecimento. Mas de que forma? Quais são as estratégias? Quais são as metodologias que o professor pode elaborar para promover o desenvolvimento desse objeto de aprendizagem, por exemplo?</p>		<p>BNCCEI na rede municipal de ensino.</p>
	<p>A importância da reflexão e criticidade ao analisar documentos como a BNCC, a exemplo.</p>	
	<p>A importância da utilização das prerrogativas que versam sobre adequação do currículo escolar às necessidades peculiares de cada escola.</p>	
<p>Ausência sentida pelos profissionais da educação básica de suas contribuições na elaboração da 3ª versão da BNCC.</p>	<p>Ausência de informações sobre o formato de elaboração da BNCC em sua 3ª versão.</p>	<p>Distanciamento entre a BNCCEI e a prática pedagógica realizada nas escolas.</p>

	Divergência entre documento e a realidade pedagógica da EI.	
	Divergência entre o que o documento define para a EI e o que trabalha no 1º ano do EF.	
	Abordagens desconexas entre as avaliações externas do governo estadual e federal.	
	Necessidade de repensar práticas pedagógicas a fim de buscar diminuir distâncias entre o planejamento educacional e avaliações externas, estaduais e federais.	
	Ausência de espaços de fala para o(a) profissional da educação.	
Pontos positivos da BNCCEI e a garantia de direitos às crianças.	Necessidade da garantia dos direitos das crianças estar documentado.	O reflexo da BNCCEI para a Educação Infantil da rede municipal: Contribuições, desafios e desdobramentos
Chamadas para participação da elaboração da BNCC.	Ausência da participação efetiva dos profissionais da educação na elaboração da versão final da BNCCEI.	

<p>Mencionados embasamentos legais que versam sobre currículo escolar, em destaque o Art.11 da LDB 9394/96, Parágrafo único. “Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.”</p>	<p>Formato de implementação da BNCCEI na rede municipal de educação.</p>	
<p>Abordagem da implementação da BNCCEI na rede municipal de ensino e seus desafios.</p>	<p>Transformações e reflexos da implementação de um novo documento na prática pedagógica.</p>	
<p>Aplicação do currículo escolar na educação infantil do município.</p>	<p>Práticas pedagógicas da Educação Infantil na rede municipal de ensino.</p>	
<p>A importância da formação continuada e do olhar crítico frente às propostas para a educação.</p>	<p>A flexibilização e adequação do currículo escolar à BNCC.</p>	
	<p>A função do Coordenador Pedagógico diante da implementação de práticas pedagógicas.</p>	
<p>Diante do exposto sobre as leis, documentos e</p>	<p>Reflexos e transformações da implementação de um</p>	

exemplos de currículos para educação infantil, qual a opinião sobre o modelo de currículo implementado na educação infantil do município?	novo documento na prática pedagógica.	
---	---------------------------------------	--

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Os dados obtidos até o momento emergiram dos encontros formativos com os sujeitos da pesquisa, em formato híbrido (presencial e remoto), que aconteceram durante o primeiro semestre de 2024.

As discussões provenientes desses encontros, até a presente etapa da pesquisa, culminaram em reflexões para os desdobramentos do estudo e contribuições para a atuação das coordenadoras pedagógicas na implementação da BNCCEI. Além dos encontros formativos como procedimento de obtenção de dados, foi utilizado um questionário para a caracterização dos sujeitos participantes.

Segundo André (1983, p. 70), o processo de análise, em andamento, “pode ser completamente revisto, novas categorias podem ser criadas, diferentes tópicos e temas podem ser identificados e explicações alternativas podem ser geradas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, até o presente momento, ressalta que as Coordenadoras Pedagógicas, sujeitos da pesquisa, acreditam que os momentos de diálogo durante os encontros formativos favorecem e agregam à prática profissional por meio de contribuições para seu aprimoramento, como o exercício de revisitar, discutir e pensar a prática fazendo uso da união, colaboração, do estudo para se abrir a novos conhecimentos.

Sobre a BNCCEI, as CP acreditam ser um documento norteador resumido e que trata de nortear práticas pedagógicas que já eram realizadas no ensino infantil da rede municipal. Além de apresentar a creche, a primeira etapa da educação infantil, com um novo olhar, não sendo apenas uma etapa assistencialista. Também fazem menção à dificuldade de implementação do documento supracitado, no que se refere ao seu formato estrutural, de competências e habilidades.

As CP mencionam desafios para implementar a BNCCEI, como a adaptação do currículo escolar ao novo documento norteador, no que se refere a divergência entre o

que o documento define para a EI e o que trabalha no 1º ano do EF, há abordagens desconexas entre as avaliações externas do governo estadual e federal, que tratam de competências e habilidades divergentes entre si.

Por tanto, as CP mencionam a necessidade de repensar práticas pedagógicas a fim de buscar diminuir distâncias entre o planejamento educacional e as avaliações externas, estaduais e federais. Também mencionam encontrarem entraves para isso devido a ausência de espaços de fala que acometem a profissão. E que os desafios de implementação da BNCCEI estão na reflexão e criticidade para analisar o documento, e na utilização das prerrogativas que versam sobre adequação do currículo escolar às necessidades peculiares de cada escola.

Enquanto reflexo do documento norteador para a EI, citam como ponto positivo a garantia de direitos às crianças e como ponto negativo, a ausência de participação efetiva dos profissionais da educação básica na elaboração da versão final da BNCCEI.

Sendo assim, consideram importante a formação continuada na profissão, além de um olhar criterioso sobre os documentos que embasam a EI. A flexibilização e adequação do currículo escolar à BNCCEI e a importância da função de CP diante da implementação de novas práticas pedagógicas enquanto enfrentamento dos desafios que emanam no processo de implementação da BNCCEI.

REFERÊNCIAS

- ALVARADO PRADA, Luis Eduardo. Pesquisa coletiva como um caminho na formação de professores. **Anais do 3º Encontro de Pesquisas em Educação, Uberaba: UNIUBE**, p. 626-637, 2005.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A BNCC e os direitos das crianças: Educação Infantil em evidência- uma entrevista de Maria Carmen Silveira Barbosa para a RCC. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 5, n. 2, p. 9-13, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação –PNE** e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf Acesso em: 19 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2009, seção 1, p. 14. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.
- CURY, Carlos Alberto Jamil; REIS; Magalli; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: Dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DE ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de pesquisa**, n. 45, p. 66-71, 1983.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.
- DOS SANTOS, Solange Estanislau; DE MACEDO, Elina Elias. BNCC para a educação infantil e a urgência de resistências. **Debates em Educação**, v. 13, n. 33, p. 1-14, 2021.

FILIPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 29, p. 783-803, 2021.

LONGAREZI, Andrea Maturano; SILVA, Jorge Luiz da. Pesquisa-formação: um olhar para sua constituição conceitual e política. **Contrapontos**, v. 13, n. 03, p. 214-225, 2013.

SARTORI, Jerônimo; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. O coordenador pedagógico: limites e potencialidades ao atuar na educação básica. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 23, n. 1, 2016.

SOARES, Ademilson. Pesquisas sobre políticas curriculares para a educação infantil: algumas questões epistemológicas no contexto da BNCC. **Debates em Educação**, v. 13, n. 33, p. 129-149, 2021.

VELOSO, Antonia Pereira. **O processo de implementação da BNCC no município de Nova Olinda - CE: um estudo de caso no Centro de Educação Infantil Josefa Cordeiro de Matos**. 2021, (Dissertação), Mestrado em Educação. Universidade Regional do Cariri - URCA, Nova Olinda, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/glauco/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ANTONIA%20VELOSO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/glauco/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ANTONIA%20VELOSO%20(1).pdf) Acesso em: 20.07.2024.